

**RESENHA****Luiz Gonzaga Belluzzo e Gabriel Galípolo. A escassez na abundância capitalista.****São Paulo, Editora Contracorrente, 2019. 207 pp.**SILVA, Paulo Daniel <sup>17</sup>

Em tempos pandêmicos, muito questiona-se qual é o verdadeiro papel da ciência econômica. Neste turbilhão, algumas formas de pensar esta ciência triste, estão completamente em xeque, sobre quais rumos as relações de produção e distribuição devem seguir.

Para tanto, o livro de L.G. Belluzzo e Gabriel Galípolo – A escassez na abundância capitalista – ajuda compreender concretamente, o processo de formação e as formas de pensar a economia, particularmente a economia política.

Ao procurar desvendar as angústias da economia e do processo econômico é importante desenvolver os caminhos que o conhecimento e suas perspectivas são oferecidas. Neste sentido, Belluzzo (2013), elenca uma passagem importante de Lukács ao salientar as determinações e o processo do pensar e do conhecimento.

“O método de conhecimento é determinado pela constituição objetiva (ontológica, categorial) de seu objeto [...]. O conhecimento científico e também filosófico deve partir da objetividade concreta do existente que a cada vez torna-se seu objeto e desemboca no esclarecimento de sua constituição ontológica.” (Lukács, 2010, p.129 Apud Belluzzo, 2013, p.45).

Lukács reafirma a visão de Marx sobre o método da economia política, na qual seria impraticável e equivocado alinhar as categorias econômicas na ordem em que foram historicamente determinantes. Como lembra Belluzzo (2013), sua ordem de sucessão está, ao revés, determinada pelas relações que existem entre elas na moderna sociedade burguesa e que é exatamente o inverso do que parece ser sua ordem natural.

---

<sup>17</sup> Economista, mestre em Economia Política pela PUC-SP, doutorando em economia pelo Instituto de Economia da Unicamp (Universidade de Campinas), Professor Titular do Centro Universitário Padre Anchieta (Unianchieta)

Portanto, ao apontarem a “captura intelectual” à qual os economistas em geral estão submetidos, explicam que “em economia, conclusões podem vir primeiro, com economistas gravitando na direção de uma tese que se encaixa em sua visão moral do mundo” (p. 9).

Conforme lembra Skidelsky (2020), desde os anos 80 até a crise financeira global de 2008, a política macroeconômica foi conduzida à sombra de Friedman, ou seja, o único estabilizador necessário para uma economia de mercado capitalista era o nível de preços, desde que a inflação fosse controlada por bancos centrais independentes e os orçamentos do governo fossem mantidos "equilibrados", as economias seriam normalmente estáveis em sua "taxa natural de desemprego".

No fim do século XX e início do século XXI deu-se em uma revisão das práticas e princípios teóricos das políticas de desenvolvimento, decorrente da aplicação das políticas econômicas ortodoxas determinadas pelas agências multilaterais, sobretudo Banco Mundial, FMI e OMC.

No entanto, após a 2ª. Guerra Mundial ganhou força uma prática intervencionista do Estado que encontra sua matriz teórica na *Teoria geral do emprego do juro e da moeda*, que Keynes publica em 1936. Conforme (Dardot e Laval, 2016), constituiu em reexaminar o conjunto dos meios jurídicos, morais, políticos, econômicos e sociais que permitiam a realização de uma “sociedade de liberdade individual”, em proveito de todos, conceituada como “novo-liberalismo”.

De forma geral, a política econômica ortodoxa parte da suposição de que a economia é formada por um conjunto de agentes econômicos, e que estes são possuidores, de um lado, de preferências ou escalas de utilidade e, do outro, de dotações de fatores, dentre as quais se incluem determinadas "quantidades de capital". A tarefa, então, de todas elas foi a de mostrar como o "mecanismo de mercado", por meio da produção, da circulação e da repartição, faz um casamento ótimo ou quase ótimo entre o emprego dos fatores e a satisfação dos consumidores. (Prado, 2001)

A partir dos anos 70, o Estado surge como vilão. Todos os males parecem poder ser resolvidos pela abertura da economia, pela diminuição do Estado e/ou pela contração de seus gastos. “No coração do sistema, os Estados Unidos atacam de *reaganomics* e *supply side economics*; a Inglaterra vem com Mrs. Thatcher e suas privatizações; para o terceiro mundo reserva-se o Consenso de Washington.” (Paulani, 1999, p.121).

De acordo com Dardot e Laval (2016), o “neoliberalismo” apresenta-se como uma decantação do “novo liberalismo” e, em outros momentos, como uma alternativa aos tipos de intervenção econômica e reformismo social pregados pelo “novo liberalismo”.

Desta forma, os dois primeiros capítulos, compreendem “os momentos de ruptura e continuidade que marcaram o desenvolvimento da Economia Política” (p.15), realizando um passeio por diferentes autores e correntes do pensamento econômico, desde os fisiocratas do século XVIII – passando pelo utilitarismo, pela revolução marginalista e a “rebelião dos historicistas” do final do século XIX e início do XX – até as principais inflexões do século XX (sobretudo o neoliberalismo de Friedrich Hayek e de Ludwig von Mises).

De forma sintética e, ao mesmo tempo, densa, os dois principais objetivos ficam claros; elencar e questionar o “quarteto naturalismo, individualismo, nacionalismo e equilíbrio, mimetismos científicos da dita corrente principal” (p.15); e mostrar como economia e política são indissociáveis, de modo que esta permeia as produções e embates intelectuais reativos àquela.

Ao tentar compreender os transtornos da modernidade, o metabolismo social e ideológico promovido pela sociedade capitalista, particularmente na identificação do significado de liberdade, os autores mergulham em Nietzsche e observam com rigor, as vicissitudes da contemporaneidade; “o homem sofre remorso e arrependimento porque se considera livre, não porque é livre. Ninguém é responsável. O ser é consequência dos elementos e influxos de coisas pesadas e presentes.” (p.59).

Essa é uma verdade assustadora, que todos preferem não enfrentar. É mais cômodo para os espíritos mergulhados na servidão, retornar à sombra e à inverdade. Já está aí sugerido que o prêmio da liberdade está reservado para o super-homem, ou seja, para quem se alçar acima daquilo que é humano, demasiado humano. O rebanho humano, os perdedores, os fracos não se dão conta de que entre eles nascerá o “além do homem”, como o pequeno-burguês ou o burguês pequeno não podem acreditar que sua crença nas virtudes da livre concorrência vá torna-lo uma vítima do ser além-do-humano encarnado no super-capitalista.

Norbert Trenkle reconhece a modernidade da Vontade de Potência nietzschiana: “o que Nietzsche aqui revela é muito diferente de uma vontade de poder arcaica, mas a expressão mais avançada da disposição interna do sujeito empenhado na concorrência desenfreada do Capitalismo. Coisas menos patéticas, mas não menos agressivas podem encontrar-se em

inúmeros manuais de gestão e nos panfletos social-darwinistas da propaganda do Liberalismo e do Neoliberalismo”.

No capítulo IV – Karl Marx, sociedade moderna e autonomia do indivíduo – de forma extensa e aprofundada, não só apresenta conceitos fundamentais d’*O Capital*, como formulações dos *Grundrisse* (texto menos conhecido do grande público) que se relacionam estreitamente com questões contemporâneas fundamentais, tais como revoluções tecnológicas, globalização, financeirização, monopolização e hiperindustrialização.

Na contramão de Nietzsche, a crítica de Marx é uma exaltação esperançosa das forças sócias capazes de realizar o projeto de liberdade e igualdade, as consignas do Iluminismo. Como os autores destacam, Marx é um herdeiro do Iluminismo ao desenvolver sua Crítica: crítica da filosofia, crítica da alienação religiosa, crítica da alienação política, crítica da Economia Política. Marx persegue as promessas e as contradições do pensamento moderno, liberal-democrático, mas rejeita as visões organicistas do romantismo alemão, que nascem neste período para reincorporar o indivíduo à comunidade. Reincorporar o sujeito que está separado, isolado, sozinho, irremediavelmente sozinho.

Na Crítica à Filosofia do Direito de Hegel, Karl Marx, dizia que “Na sociedade burguesa a contradição suprema se estabelece entre o homem real, ou seja, o indivíduo egoísta e o homem verdadeiro, ou seja, o cidadão “abstrato”. O entrechoque entre o home real – o indivíduo egoísta – e o homem verdadeiro – o cidadão abstrato – é mediado pelo conjunto de direitos produzidos historicamente pela luta social e política. Por isso, a democracia não é a última forma de emancipação humana, mas a forma mais avançada da emancipação humana dentro dos limites da organização atual da sociedade.” Marx, pensador infatigável da liberdade, escreveu ainda: “na democracia o princípio formal é ao mesmo tempo o princípio material”.

Neste sentido, os autores argumentam que, para além dos mecanismos de base, a escassez contemporânea se produz tanto pela criação ilimitada de necessidades (“consumismo”) quanto pelo endividamento das famílias e pela valorização do capital fictício. O rentismo ganha, assim, destaque como meio de apropriação da riqueza alheia e não se mostra passageiro, pois está enraizado na configuração atual do capitalismo financeirizado: “a financeirização não é uma deformação do capitalismo, mas um ‘aperfeiçoamento’ de sua natureza” (p. 91).

Marx analisa a natureza do capital fictício e vai mostrar que, no capitalismo, todas as formas de valorização aparecem como se fossem subordinadas a essa valorização de capital fictício. Todas as formas de renda aparecem necessariamente sob a forma de renda capitalizada (isso se estende até aos salários). Marx dá o exemplo de uma aplicação de 100 libras que rende 5%. Isso significa que qualquer aplicação de 100 libras, tomando a taxa de juros média do mercado, deve render 5%. Quando ele faz esta afirmação, está dizendo que a taxa de juros aparece efetivamente como o limite inferior da aplicação de qualquer capital.

A existência da capitalização ou dessa forma de remuneração do capital determina o preço de aquisição de ativos. Todos os capitalistas, inclusive os capitalistas em função, passam a calcular seu capital a partir desse critério. A forma-propriedade do capital, a relação jurídica de propriedade reaparece no capital financeiro e passa a se sobrepôr às demais: as normas da valorização do capital efetivo são ficadas no mercado de valores fictícios.

Os títulos representativos de direitos à riqueza impõem nova forma de cálculo, de avaliação do valor de todo o capital. Essa nova forma se dá pelos rendimentos esperados que o capitalista pretenda obter de uma soma qualquer que seja a aplicação, quer em um título já existente, quer em títulos novos, quer ainda em capital produtivo. Há um deslocamento de eixo de cálculo capitalista.

O capital fictício tem importância teórica maior do que os marxistas costumam lhe atribuir. O capital fictício introduz critérios de valorização do capital distintos do capital efetivo. Esses critérios são necessariamente especulativos, no sentido de que se apoiam na avaliação do curso esperado do preço dos títulos. É o rendimento esperado descontado pela taxa de juros do mercado.

No capítulo V, são apresentadas concepções alternativas (baseadas fundamentalmente em Marx, Kalecki e Keynes) para se pensar a macroeconomia. Necessariamente mais técnica, discutem-se aí questões importantes: os determinantes do investimento, o sistema de crédito e os bancos, a moeda e o dinheiro, taxa de câmbio, a natureza das crises (sobretudo financeiras), desregulamentação e inovações financeiras, sempre com vistas a se contrapor, direta ou indiretamente, aos pressupostos neoclássicos (equilíbrio, decisões racionais, simetria de informação, neutralidade da moeda, etc.) e a fazer a crítica do rentismo.

Numa economia monetária, o enriquecimento privado só pode ser alcançado mediante a produção de mercadorias ou a posse de ativos novos ou já existentes, que dão direito a rendimentos sob a forma monetária. Em condições de incerteza, os possuidores de riqueza

apostam na possibilidade de as formas “particulares” de riqueza preservarem seu valor no momento crucial e inescapável da conversão para a forma “geral”, o dinheiro.

Em Keynes, como em Marx, o dinheiro não é apenas o intermediário das trocas, mas, simultaneamente, um bem público e a única forma socialmente reconhecida de enriquecimento privado. Enquanto “bem público”, o dinheiro é referência para os atos de produção e intercâmbio de mercadorias, assim como para a avaliação da riqueza e das dívidas. Por isso, o dinheiro deve estar sujeito a normas de emissão, circulação e destruição que garantam a reafirmação de sua universalidade como padrão de preços, meio de pagamento e reserva de valor.

Na órbita monetário-financeira, o desenvolvimento da economia capitalista suscitou a metamorfose do sistema de crédito: a atividade principal dos bancos aos primórdios do capitalismo, concentrou-se no financiamento da dívida pública (garantida por impostos) e do comércio a longa distância. Depois da Revolução Industrial, com a aceleração dos negócios, os bancos ingleses ampliaram as operações de desconto mercantil, ampliando sua função de sistema de crédito internacional. Nos países de industrialização retardatária, sobretudo nos Estados Unidos e Alemanha, o crédito assume a função de antecipação de capital monetário.

O processo de reprodução capitalista, em suas indissociáveis dimensões material e monetária, impôs, portanto, a consolidação do sistema bancário (inclusive o Banco Central) e sua dominância na hierarquia de poderes que comandam a concorrência entre as empresas. Nessa economia com grande concentração de capital fixo e dominância dos bancos na intermediação financeira, a dinâmica de longo prazo está fundada na busca do aumento da produtividade social do trabalho, o que, por sua vez, impulsiona a competição feroz pela inovação tecnológica incorporada nas novas gerações de insumos e equipamentos. A acumulação produtiva foi acelerada pela capacidade de os bancos adiantarem liquidez, emprestando um múltiplo dos depósitos à vista escriturados em seus registros – passivos que podem ser exigidos pelos depositantes sem pré-aviso e mobilizados por estes como meios de pagamento.

O último capítulo é dedicado ao processo mais recente de globalização, cujo “verdadeiro sentido”, segundo os autores, “é o acirramento da concorrência entre empresas, trabalhadores e nações, inserida em uma estrutura financeira global monetariamente hierarquizada, comandada pelo poder do dólar” (p.193), e a partir do qual as mazelas econômicas comuns na periferia assolam cada vez mais o centro. O paralelo estabelecido

entre o ambiente social e econômico contemporâneo e o período dos anos 1920 e 1930 do século passado – demonstração da potência criativa e destrutiva do capitalismo, monopolização do capital e prática de protecionismo, instabilidade das moedas e desemprego – é a chave para a compreensão dos fatores que compõem o contexto político-econômico no qual se dá a atual ascensão da extrema-direita em diversos países.

Em síntese, esses fatores representam a “fratura do arranjo geoeconômico erigido nos últimos 40 anos” (p.196). Tal arranjo foi o resultado da derrocada do fordismo, do Estado de Bem-Estar e dos Acordos de Bretton Woods nos países centrais, e da implementação do Consenso de Washington e arrefecimento das iniciativas desenvolvimentistas na maior parte dos ‘emergentes’.

Os efeitos do acirramento da concorrência entre empresas e trabalhadores são inequívocos: forma revertidas as tendências à maior igualdade observadas no período que vai do final da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 70 – tanto no interior das classes sociais, quanto entre estas. Na era do capitalismo “turbinado” e financeirizado, os frutos do crescimento concentraram-se nas mãos dos detentores de carteiras de títulos que representam direitos à apropriação da renda e da riqueza. Para os demais, perduravam a ameaça do desemprego, a crescente insegurança e precariedade das novas ocupações, a exclusão social.

A disseminação das formas mais agressivas de concorrência encontrou, até agora, pouca resistência em seu incessante trabalho de reduzir os “conteúdos” da vida humana à relações dominadas pela expansão do valor de troca. Mas pode se tornar intolerável para os indivíduos – ou para a maioria deles – a sensação de que o seu cotidiano e seu destino são governados pelas tropas de uma “racionalização” sufocante, destruidora do projeto de uma vida boa e decente.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Os antecedentes da tormenta: origens da crise global 1ª. edição – São Paulo Editora UNESP; Campinas-SP,; FACAMP, 2009.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLO, Gabriel. A escassez na abundância capitalista – São Paulo: Editora Contracorrente, 2019.

PAULANI, L.M. Neoliberalismo e individualismo, Economia e Sociedade, Campinas, (13): 115-127, dez, 1999.

PRADO, E. A Ortodoxia neoclássica, Estudos Avançados 15 (41), São Paulo, 2001.

SKIDELSKY, R. The monetarist fantasy is over. Progressive Economy Forum, 19-Fev-2020. <https://progressiveeconomyforum.com/blog/the-monetarist-fantasy-is-over/> Acesso em abril/2020

TRENKLE, Norbert The crisis of labor and the limits of capitalist society. Keynote lecture at the International Conference . abr 2018.